

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos
Rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar-Bairro Serra
Belo Horizonte-MG - CEP: 30220-030

PE nº 26/2024

Pedido de Esclarecimento 1

1. Questionamento 1

CLÁUSULA QUINTA DO TREINAMENTO - MINUTA CONTRATUAL

A CONTRATADA deve ministrar treinamento online com, no mínimo, 24 horas aula, visando ao desenvolvimento de habilidades e competências que propiciem aos treinados o pleno conhecimento da solução contratada, capacitando-os para as funções de operação, parametrização, configuração e gerenciamento dos recursos disponíveis.

Parágrafo Único: O treinamento deverá capacitar até 50 (cinquenta) pessoas e se dará conforme estabelecido na seção “Treinamento e Tutoriais” do ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO" do Termo de Referência, a saber:

- a) Deve conter explanação teórica; exemplos, quizzes, exercícios e estudo de casos para a prática passo a passo; e certificado de conclusão;
- b) A ementa do treinamento, assim como a carga horária proposta, deve ser aprovada pelo CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) As aulas devem ser gravadas em vídeos de alta-definição, juntamente com material didático utilizado, serem entregues ao CONTRATANTE para servir de referência e fonte de suporte aos usuários da solução;
- d) A CONTRATADA deve disponibilizar material didático de apoio, especialmente tutoriais, FAQs (Perguntas frequentes) e vídeos para beneficiários e credenciados sobre o uso da solução. e) As principais interações dos beneficiários e credenciados devem ser tratadas no material didático que deverá ser entregue em formato editável que permita ao CONTRATANTE realizar manutenções.

Pergunta: Entendemos que todos os treinamentos serão realizados 100% on line e que as modalidades seriam através de aulas gravadas com fornecimento de material didático e que a capacidade de treinamento será de até 50 (cinquenta) pessoas no máximo. Nosso Entendimento está correto?

Resposta: O treinamento deverá ser conduzido de forma 100% (cem por cento) *online*, síncrona e com o palestrante ao vivo, com uma carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas-aula. Todas as aulas deverão ser devidamente gravadas e encaminhadas ao TRT3, acompanhadas de

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos
Rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar-Bairro Serra
Belo Horizonte-MG - CEP: 30220-030

materiais complementares, para posterior consulta e uso em futuras necessidades de capacitação. O número máximo de servidores treinados será de 50 (cinquenta) pessoas.

2. Questionamento 2

CLÁUSULA SEXTA DAS LICENÇAS DE USO – MINUTA CONTRATUAL

A CONTRATADA deve disponibilizar licenças de uso de forma a permitir que todos os beneficiários ativos, credenciados e usuários administrativos e técnicos do Plano de Assistência à Saúde do CONTRATANTE possam utilizar a solução, observando-se as seguintes condições: c) A CONTRATADA deve depositar a documentação, código-fonte e afins pertinentes à tecnologia de concepção, manutenção e atualização junto à autoridade brasileira que controla a propriedade intelectual de softwares, conforme artigo 32 da Resolução n. 370 de 28 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça,

Pergunta: Entendemos que a Contratada deve entregar a documentação referente ao código fonte depositada junto ao INPI? Nosso Entendimento está correto?

Resposta: Nesse caso, deve-se observar o disposto no artigo 32 da Resolução n. 370 de 28 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça:

“Art. 32. Na contratação de desenvolvimento de sistemas de informação considerados estratégicos, em que a propriedade intelectual não é da pessoa de direito público contratante, o órgão deverá fazer constar no instrumento contratual cláusula que determine o depósito da documentação e afins pertinentes à tecnologia de concepção, manutenção e atualização, bem como, quando cabível, do código-fonte junto a autoridade brasileira que controla a propriedade intelectual de softwares para garantia da continuidade.”

Ou seja, a exigência tem como objetivo a garantia da continuidade. Dessa forma, devem ser depositados tanto a documentação quanto o código-fonte do software, além das demais informações pertinentes à tecnologia de concepção, manutenção e atualização.

3. Questionamento 3

11.Direitos de propriedade intelectual - TERMO DE REFERÊNCIA

A propriedade intelectual dos softwares fornecidos pela CONTRATADA permanecerá na titularidade do respectivo fabricante. A propriedade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos
Rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar-Bairro Serra
Belo Horizonte-MG - CEP: 30220-030

intelectual de todas as modificações nos softwares fornecidos, realizadas no escopo da contratação, bem como de todos os dados inseridos na solução, pertencerá ao CONTRATANTE.

Pergunta: A titularidade das modificações realizadas no software, conforme prevista no contrato, visa exclusivamente evitar que a Contratada comercialize essas adaptações no mercado, ou o Contratante pretende também deter algum direito de comercialização sobre as modificações realizadas? Contratante poderá utilizar livremente compartilhando-as com terceiros? Em caso positivo, existem restrições comerciais ou jurídicas a essa utilização?

Resposta: O objetivo do item 11 do Termo de Referência é vedar a comercialização de qualquer ativo gerado durante a vigência do contrato, protegendo todas as informações e processos de negócios internos do TRT3.

O TRT3, por sua própria natureza, não tem interesse em comercializar a solução, nem os ativos gerados.

Caso haja interesse da CONTRATADA em comercializar os ativos desenvolvidos durante a vigência do contrato, poderá requerer formalmente autorização à CONTRATANTE que, diante do fato concreto, poderá autorizá-lo ou rejeitá-lo para preservar as informações e processos de negócios internos.

4. Questionamento 4

ITEM DO EDITAL - 4.2. Exigência de amostra / Prova de Conceito:

Como requisito para homologação do fornecedor vencedor, haverá a necessidade de realizar as seguintes avaliações pelo TRT3:

- **Caso o fornecedor considere algum requisito como atendido, porém o avaliador não o considere assim, esse deve ser classificado como um requisito não atendido e deve ser componente do plano de implementação.**
- **O Plano de Implementação de Requisitos Não Atendidos deve conter, pelo menos, o cronograma detalhado, o número de pessoas a serem alocadas, o perfil técnico de cada uma delas e o plano de tratamento de riscos.**

Pergunta: Existe um o modelo de plano de implementação para a realização da POC, de forma que não tenhamos divergências sobre

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos
Rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar-Bairro Serra
Belo Horizonte-MG - CEP: 30220-030

como deve ser entregue, considerando os 2 tópicos acima no Edital? Se sim poderiam disponibilizar?

Resposta: Não existe um modelo de plano de implementação a ser utilizado, uma vez que, caso seja necessário ele deverá ser elaborado pelo LICITANTE que não atender aos requisitos indicados, observadas as proporções estabelecidas.

5. Questionamento 5

Item do Edital 4.2. Exigência de amostra / Prova de Conceito:

Como requisito para homologação do fornecedor vencedor, haverá a necessidade de realizar as seguintes avaliações pelo TRT3:

Será desclassificado sumariamente o fornecedor que não conseguir comprovar o atendimento imediato de 80% dos requisitos verificáveis de segurança de informação e de 40% dos requisitos funcionais e de acessibilidade passíveis de verificação.

Pergunta: Considerando que temos apenas 2 arquivos classificados como requisitos (Anexo B I do TR - Requisitos Funcionais.pdf Anexo B-III do TR - Requisitos Técnicos.pdf), quais serão os requisitos verificáveis? Ainda sobre o quantitativo de itens para contagem, verificamos que há itens com subitens nos anexos. Solicitamos esclarecimentos sobre a forma de contagem correta do total de itens a serem atendidos/apresentados.

Resposta: Sobre esse questionamento, informa-se que a tabela “Prova de conceito - PE 26/2024”, que se encontra anexa ao presente documento, contém os itens do Anexo B I do TR - Requisitos Funcionais.pdf e Anexo B-III do TR – Requisitos Técnicos (Anexos disponibilizados no sítio eletrônico do TRT3 em 08/11/2024), agrupados por requisitos e quando cabível, classificados como Verificáveis durante a Prova de Conceito (POC).

Ressalta-se que, em relação a forma de avaliação, os avaliadores somente analisarão durante a POC, os requisitos classificados como verificáveis, atribuindo a pontuação de 1 (um) ponto para cada requisito verificável integralmente atendido pela LICITANTE.

Por fim, frisa-se que, conforme estabelecido pelo item 4.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), o percentual de atendimento imediato na POC, a ser atingido pelo LICITANTE, será calculado com base no número total de requisitos classificados como verificáveis.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos
Rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar-Bairro Serra
Belo Horizonte-MG - CEP: 30220-030

6. Questionamento 6

Anexo B-II do TR - Plano de Assistência a Saúde

Anexo B-V do TR - Mensagens e Declarações

Anexo B-VI do TR - Regras de Utilização e Reembolso

Anexo B-VII do TR - Modelo de documentos

Pergunta: Com base nos anexos acima - para apresentação da Prova de Conceito, terão que ser exatamente apresentados conforme o descritivo? Os itens avaliados terão que ser exatamente demonstrados conforme os conteúdos dos anexos acima citados? Teremos que apresentar igual está descrito ou o software poderá demonstrar a capacidade de solução apresentação?? Os anexos são exemplificativos ou taxativos?

Resposta: Será verificada a capacidade da solução de parametrizar o conteúdo desses anexos através de funcionalidades que foram descritas nos Anexos BI e BIII.

Os requisitos verificáveis na POC estão definidos na tabela “Prova de conceito - PE 26/2024”, que se encontra anexa ao presente documento, devendo ser demonstrados exatamente conforme descrito.